

EM DEBATE

Opinião Pública e Conjuntura Política

2010

Um Periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública: Marketing Político e Comportamento Eleitoral



DOSSIÊ: VOTO ECONÔMICO

Wladimir Gramacho

Malco Camargos



OPINIÃO

Bruno Dallari

Moritz Lohe

Periódico Eletrônico do
Grupo de Pesquisa de “Opinião Pública:
Marketing Político e Comportamento
Eleitoral”

Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Presidente Antônio Carlos, 6627
Campus Pampulha - CEP: 31.270-901
Belo Horizonte - MG - Brasil
Tel: (31) 3409-5007



Ano 1, n. 4, Dezembro de 2009 ISSN 2176-4883

A ECONOMIA PODE DETERMINAR O RESULTADO DE UMA ELEIÇÃO?

Malco Camargos

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas

✉ malco@institutover.com.br

Tufte, em 1978, escreveu: “Quando você pensa em economia, pensa em eleições; quando você pensa em eleições, pensa em economia.” (TUFTE, 1978, p.65). A relação entre eleições e as decisões econômicas é, há muito, analisada, em ambas as direções, tanto pela Ciência Política quanto pela Economia.

São dois os principais caminhos dos estudos adotados pela literatura. O primeiro analisa quais são os impactos das eleições sobre a macroeconomia. Assume que os governos, no exercício dos mandatos, preocupados com a perpetuação no poder, tomam decisões econômicas levando em consideração os resultados do próximo pleito. O segundo caminho busca demonstrar a incidência da situação da economia na decisão do voto, evidenciando as variáveis macroeconômicas que interferem na decisão do voto do eleitor.

Em direções opostas, mas complementares, os trabalhos nessa área têm conseguido traçar um panorama claro de como governos, partidos e eleitores produzem resultados políticos e econômicos, considerando a relação entre economia e política.

A teoria do voto econômico, tal como apresentada nos trabalhos seminiais, trata todos os eleitores da mesma forma. Segundo eles, os eleitores vão sempre agir como juízes independentemente das situações institucionais ou econômicas sob as quais estejam vivendo

Recentemente, trabalhos que comparam vários países deram novo ímpeto às pesquisas considerando a influência de instituições políticas na atribuição de responsabilidade ao governo. Estes trabalhos ressaltam a importância de se considerar diferenças institucionais, diferenças no número de partidos e, também, dos sistemas eleitorais. Além disso, enfatizam a importância de se considerar a coalizão e composição do governo, deixando a relação entre a economia e o voto muito mais complexa que previamente se supunha.

Por décadas, diversos especialistas, nos mais variados países, têm se debruçado para compreender a relação entre economia e eleições e, mais do que isso, quais fatores intervêm nesta relação. Mesmo assim, queremos participar deste debate questionando: Quais indicadores econômicos os eleitores levam mais em consideração na hora de decidir seu voto, fazendo com que ajam mais como juízes, premiando ou punindo bons e maus governantes a partir do seu desempenho na área econômica?

A partir dos trabalhos seminiais, a teoria do voto econômico demonstrou que a relação entre economia e voto não é uma constante, pois são necessárias algumas circunstâncias específicas para que essa relação seja de maior ou menor intensidade.

O primeiro fator destacado pelos estudos é a clareza de responsabilidade, digo, a capacidade do eleitor de responsabilizar o mandatário pela implementação, controle e resultados de medidas econômicas. A hipótese verificada é de que eleitores residentes em países com governos de minorias, com legislativos fortes, com fraca coesão partidária interna e inseridos em uma economia globalizada, são mais prováveis de exibir propensões mais fracas de voto econômico. Os autores sugerem que, quando fatores institucionais proporcionam maior influência para a oposição na política, os eleitores provavelmente serão menos suscetíveis a castigar o governo quando acontecer um mal desempenho da economia, pois a responsabilidade do executivo pela performance será menos clara.

Em outras palavras, em um contexto onde ocorre um controle maior e unificado sobre governo pelo mandatário, é mais provável que o cidadão atribua a responsabilidade pelos resultados econômicos e políticos aos titulares.

O segundo fator destacado é a recorrência ou não de crises. A recorrência de crise altera a sensibilidade do eleitor em relação ao desempenho econômico: onde há crises recorrentes, a relação entre economia e voto é mais forte do que em países onde as crises são eventuais. Os estudos revelam que onde os eleitores estão mais sujeitos a variações na economia, eles dão mais atenção à performance principalmente em relação ao controle da inflação do que em países onde as crises são extemporâneas.

Porém ainda fica a pergunta, o que os eleitores consideram como desempenho econômico e qual a sua capacidade de refletir sobre os sucessos e fracassos de governo na área econômica.

Em geral os testes sobre os indicadores econômicos consideram três aspectos: evolução do PIB per capita, inflação e desemprego.

O uso destes indicadores já vem de longa tradição nos estudos sobre o voto econômico. O primeiro a utilizá-los foi Kramer (1971) e, vinte e dois anos mais tarde, Powell & Whitten (1993) os analisaram de maneira comparativa. De lá para cá foram dezenas de estudos sobre países isolados e também de maneira comparativa e, os resultados, em geral, com maior ou menor intensidade são parecidos: quando há uma diminuição da inflação e/ou diminuição do desemprego, há maior o apoio do eleitor ao mandatário, já com relação ao PIB per capita sua significância é mais difícil de ser constatada.

Diante destes resultados, a pergunta que fica com relação a estes achados é: como o eleitor se informa e qual a sua capacidade de discernimento em relação às questões econômicas?

Sabemos que os eleitores não são tão bem informados sobre economia como deveriam, ou poderiam, porém, mesmo não sendo bem informados, os eleitores sabem o suficiente para hierarquizar suas preferências e tomar sua decisão, caso contrário os achados de toda a literatura não teriam validade.

A apreensão dos conceitos do funcionamento da economia passa por fatores relacionados ao dia-a-dia dos eleitores. Para o grupo de eleitores com

maior renda o custo de oportunidade e tempo para se lidar com economia é menor do que para aqueles com menor renda, pois os benefícios das decisões sobre investimentos/carreira/trabalho afetam muito mais aqueles que têm maior renda do que aqueles de menor renda. Porém aqueles com menor renda percebem o desempenho econômico do governo observando questões do seu dia-a-dia. É no preço da cesta básica, na compra na padaria, às vezes, até na qualidade/quantidade na marmita, que o eleitor menos informado sobre economia percebe os avanços ou retrocessos do governo na gestão da economia. Além disso, é nas conversas em casa, com os amigos e nas reuniões de família que se fala sobre o desemprego. É no acesso ao crédito e, principalmente, aos bens de consumo, que se percebe a prosperidade econômica. Ou seja, é, a partir do seu dia-a-dia que o eleitor cria seus juízos sobre o desempenho do governo na economia tanto na sua casa (pessoal) como no país (sociotrópico).

Ademais, mesmo sabendo pouco sobre os mecanismos macro e micro econômicos o que a Ciência Política tem demonstrado é que logo após as eleições as pessoas sabem mais de economia do que antes das eleições. Isso mostra que as eleições promovem um aumento do conhecimento das pessoas sobre macroeconomia. As campanhas discutem o desenvolvimento macroeconômico e essas discussões fazem com que, na hora da decisão entre as alternativas oferecidas, o eleitor utilize o desempenho econômico como um dos fatores.

Diante de um cenário incerto de uma eleição presidencial como a que teremos em 2010 podemos ter uma certeza: a economia será tema dominante e isto minimiza as chances da oposição.

Bibliografia:

- TUFTE, Edward (1978). *Political Control of the Economy*. Princeton: Princeton University Press.
- KRAMER, G. H. (1971), "Short-Term Fluctuations in U. S. Voting Behavior". *APSR*. Vol. LXV, nº 1. Mar: 131-143.
- POWELL, G B. and WHITTEN, G D (1993), A Cross-National Analysis of Economic Voting: Taking Account of the Political Context. *American Journal of Political Science*. Vol. 37: 391-414.